

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 530.274 - SP (2019/0258549-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RENATA SIMÕES STABILE BUCCERONI - SP235145
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO SILVA DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ADRIANO SILVA DOS SANTOS JUNIOR, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado em Execução n. 0013222-81.2019.8.26.0224).

Foi deferido o pedido de indulto do paciente, com base no Decreto Presidencial n. 9.246/17, extinguindo a pena privativa de liberdade imposta ao paciente. Contudo, sobreveio aos autos notícia de nova condenação, anterior à sentença de extinção de punibilidade, razão pela qual o Magistrado tornou sem efeito a decisão concessiva do indulto.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual foi desprovido nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 323/330):

Agravo em Execução Penal - Revogação de indulto - Decreto Presidencial nº 9.246/2017 - Benefício concedido antes do trânsito em julgado para o Ministério Público e tornada sem efeito, monocraticamente, por força do superveniente aumento da reprimenda imposta ao acusado em Segunda Instância – Possibilidade, face ao caráter provisório da execução da pena – Reconhecimento da ulterior insubsistência do preenchimento do requisito temporal – Precedente – Decisão mantida

- *Recurso desprovido.*

No presente *writ*, a defesa sustenta que a decisão que extinguiu a punibilidade configura decisão de mérito e que, ante a não interposição de recurso ministerial, transitou em julgado e não poderia ter sido tornada sem efeito.

Requer, em liminar, a suspensão da decisão que revogou o indulto, a fim

Superior Tribunal de Justiça

de que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do *writ* e, no mérito, a concessão definitiva da ordem, para restabelecer o indulto concedido.

Liminar indeferida às fls. 340/341.

Informações prestadas às fls.348/389 e 394/411.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração, conforme parecer de fls. 394/411.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 514.933/SP, ainda em trâmite perante esta Corte Superior, e em ambos se ataca a decisão que revogou o indulto anteriormente concedido pelo Juízo das execuções. No presente *writ* a decisão de primeiro grau foi impugnada por meio de Agravo em Execução e, naquele por meio de *habeas corpus* que restou conhecido e denegado, nos termos da seguinte ementa:

Habeas Corpus com pedido de liminar - Decisão que revogou indulto concedido ao paciente com espeque no Decreto Presidencial nº 9.246/2017 - Alegação de violação à coisa julgada - Inocorrência - Superveniência de circunstância fática/jurídica (julgamento de apelação tirada pelo Ministério Público) que alterou a realidade processual em que se fundara o deferimento do benefício - Editó condenatório que não havia transitado em julgado - Decisões proferidas em sede de execução criminal que não fazem coisa julgada material pois dizem respeito a incidentes relacionados à execução da pena, a revelar que podem ser revistas a qualquer tempo (arts. 185 e 186, da LEP) - Precedentes do STJ - Constrangimento ilegal, não verificado - Ordem denegada.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ. MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta

Superior Tribunal de Justiça

Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente impetração.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

